



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Schneider, David M.
Parentesco americano : uma exposição cultural /
David M. Schneider ; tradução de Fábio Ribeiro. –
Petrópolis, RJ : Vozes, 2016. – (Coleção Antropologia)

Título original: American kinship : a cultural account.
Bibliografia.
ISBN 978-85-326-5222-5

1. Família – Estados Unidos 2. Parentesco – Estados Unidos
I. Título. II. Série.

16-00463

CDD-301.4210973

Índices para catálogo sistemático:

1. Parentesco : Estados Unidos : Antropologia
social 301.4210973

David M. Schneider

Parentesco americano

Uma exposição cultural

Tradução de Fábio Ribeiro

 EDITORA
VOZES

Petrópolis

para o que der e vier, quer você goste disso ou não, e sem importar se eles fazem o trabalho direito ou não. Você realmente pode contar com seus parentes.

É isso, obviamente, que permite entender a frase que o melhor amigo de um menino é sua mãe e que o melhor amigo do homem é seu cachorro. Uma mãe pode, e, às vezes, faz coisas para um filho que cumprem os maiores padrões de *performance* da amizade. A *performance* dela pode ser mais do que é meramente exigido pelo relacionamento duradouro de mãe e filho. E um cachorro, porque você pode exigir os maiores padrões de lealdade e solidariedade difusa dele, é um tipo de amigo; ele não é um contratado ou um funcionário pago, porque a solidariedade difusa ocorre num contexto onde você pode se livrar do cachorro se quiser. Aqui, é claro, o contraste com nossos filhos fica mais claro. Esperamos solidariedade difusa e lealdade de nossos próprios filhos. Mas se eles se tornarem maus, não podem ser levados para a sociedade protetora dos animais local para “dormirem”. Eles são seus, e você fica com eles assim como eles ficam com você.

Um parente é uma pessoa

I

A decisão sobre quem é e quem não é um parente é feita por uma *pessoa*, e é sobre outra *pessoa*.

A pessoa é uma das principais unidades da cultura americana, assim como a família, a companhia, a cidade e o país (a nação) são unidades culturais.

Essas unidades são diferentes dos outros tipos por serem definidas pela cultura americana como sendo capaz de fazer alguma coisa, ou de *agir*. É uma “ficção” legal explícita que a corporação é uma pessoa, capaz de agir para o bem ou para o mal, e de ser responsável por suas ações. O país também pode agir. Ele pode entrar em guerra, gastar dinheiro, ter uma política externa. Assim como se pode dizer que uma pessoa faz alguma coisa, também se pode dizer que uma cidade ou companhia ou país *faz* alguma coisa.

A pessoa, como uma unidade cultural capaz de ação, tem uma *identidade primária*. Isso define que tipo de pessoa ela é; ou seja, define o domínio cultural relevante nos termos do qual ela age. Uma pessoa pode ser um pai, um policial, um juiz, um padre, um piloto. O pai é uma pessoa numa família. O policial é uma pessoa na delegacia, que faz parte do governo. Um juiz é um membro do tribunal, que faz parte do governo e da lei, enquanto o padre é um membro de uma igreja, que é o domínio da religião.

Elementos diferentes se misturam para compor a definição da pessoa, mas esses elementos precisam compor uma unidade definida como fazendo alguma coisa, desempenhando um papel na vida real. O policial é um homem. Ele age para manter a lei e a ordem. Ele precisa conhecer a lei para fazer o seu trabalho, mas o policial certamente não é um advogado, nem o advogado é um policial. Ele precisa saber ler e escrever e ser capaz de emitir uma intimação legal por infrações da lei quando isso for apropriado, mas saber ler e escrever não faz de alguém um policial. Ele precisa ser capaz de se defender de ataques físicos e usar a força quando necessário para apreender criminosos, mas simplesmente ser forte ou um bom lutador não faz de um homem um policial.

Os elementos diferentes que são combinados na definição da pessoa – policial, pai, juiz, ou o que quer que seja – vêm de sistemas de conceitos e símbolos diferentes, cada um de seu próprio domínio, que é definido de modo separado de pessoas ou de outras qualificações parecidas. Na cultura americana, a masculinidade e a feminilidade têm certas definições, certos atributos, que são definidos separadamente de qualquer pessoa, situação ou restrição especial de contexto. A idade também é definida na cultura americana separadamente de qualquer situação ou pessoa particular, mas ela faz parte da definição de vários tipos diferentes de pessoas. E, da mesma forma, o parentesco forma seu próprio conjunto distinto e autocontido de conceitos e símbolos definidos separadamente de pessoa, lugar ou tempo.

No capítulo anterior examinei os significados culturalmente explícitos da família, aqueles que a observação direta e os informantes fornecem imediatamente. Nesses significados, a família é um casal casado com seus filhos morando juntos em seu próprio lar, ou é o casal casado e seus filhos sem levar em conta onde eles moram, ou é uma unidade muito mais ampla que inclui o que se diz serem todas, ou quase todas, as pessoas que são contadas como parentes.

Nesses sentidos, a família pode significar o Sr. e a Sra. Jones e os três pequenos Jones, ou pode significar as mais ou menos cem pessoas que comparecem ao piquenique e reunião familiar anual dos Jones. E, também nesse sentido, mas apontando do passado para o presente em vez de apenas do presente, está o uso que diz que a família Jones é realmente muito antiga, e está na cidade desde que ela foi fundada há mais de 150 anos.

Esses significados são dados em termos de pessoas, e a tarefa do último capítulo foi pegar esse conjunto de significados da família e refratar seus vários componentes conceituais e simbólicos para que a parte do parentesco pudesse ser isolada em sua forma pura, por assim dizer, em contraste a todos os outros componentes a partir dos quais essas definições baseadas em pessoas são construídas.

Por exemplo, os informantes dizem que uma esposa cozinha e cuida da casa, e a observação muitas vezes confirma isso. Mas a esposa faz isso porque ela é uma *esposa* ou porque ela é uma *mulher*? A resposta fica clara tanto pelos informantes quanto pela observação; ela cozinha e cuida da casa porque ela é uma *mulher*. Mulheres que não são esposas cozinham e cuidam da casa; esposas não necessariamente cozinham e cuidam da casa. Cozinhar e cuidar da casa não faz de uma mulher uma esposa. A característica distintiva que define uma esposa é que ela é a parceira sexual legítima de seu marido. Da mesma forma, alguns informantes dizem que um marido deve ir trabalhar e ganhar a vida para sustentar sua família. Mas será que um marido vai trabalhar e ganhar a vida porque ele é um *marido*? A resposta dos informantes é que o papel de um homem é trabalhar. Mas um homem não é necessariamente um marido, e um marido não necessariamente trabalha. O que faz de um homem um marido não é se ele trabalha ou não, mas que ele

é o parceiro sexual legítimo de sua esposa. Da mesma forma, os informantes são claros ao dizer que é apropriado que um pai tenha autoridade sobre seus filhos. Mas, mais uma vez, podemos perguntar: O pai tem autoridade porque ele é o pai? A resposta é não. Um pai tem autoridade porque ele é homem e é mais velho, não porque ele é um pai. A autoridade do pai sobre seus filhos se desvanece quando estes crescem; portanto, a idade deles tem muito a ver com o grau e tipo de autoridade. A característica distintiva de ser um pai ou um marido não tem nada a ver com a autoridade. Um pai é um genitor, e, como nossa informante disse, um marido é um amante.

Assim, descobrimos que no parentesco americano a família é um paradigma para o que cada parente é e como eles devem se comportar perante os outros. E isso significa, como mostrei, que o pai é o genitor, a mãe é a genetriz, marido e esposa na relação sexual, filho e filha os descendentes dessa união, irmão e irmã os filhos do casal casado, e o relacionamento de todos eles entre si é de amor, seja conjugal (marido e esposa) ou cognático (os outros), mas em cada caso, o amor é um relacionamento de solidariedade difusa duradoura.

A família *nesse* sentido consiste no conjunto autocontido de símbolos diferenciados a partir do símbolo central da relação sexual/amor. Ela define o que um parente é em termos abstratos. Ela afirma o que o relacionamento entre parentes é por definição. Ela consiste num conjunto de elementos conceituais e suas inter-relações.

Isso, para resumir, é no que consiste o parentesco americano, e esses, por sua vez, são elementos que constituem qualquer pessoa em particular, desde que ela seja um parente ou participe de um relacionamento de parentesco.

Mas o parentesco, como um sistema autocontido de símbolos e conceitos definidos e diferenciados sem referência a pessoa, lugar ou tempo, se distingue, nos Estados Unidos, de parentes como *pessoas* e da família como um *grupo de pessoas*. Esses dois não devem ser misturados ou confundidos, pois são muito diferentes. *O parente como uma pessoa é muito diferente das características distintivas que definem a pessoa como um parente.*

Uma pessoa como uma unidade cultural é um composto, constituído de vários elementos diferentes de subsistemas ou domínios simbólicos diferentes. A pessoa tem sexo masculino ou feminino, como definido pelo sistema de papéis sexuais. A pessoa tem atributos de idade como definidos pelo sistema de papéis etários. A pessoa tem características de classe como definidas pelo sistema de classes. A pessoa pode ter atributos ocupacionais, religiosos, políticos ou vários outros, cada qual definido por referência a seu próprio conjunto de símbolos autocontidos de seu domínio.

É o construto da pessoa que articula os vários domínios conceituais e simbólicos da cultura americana e os traduz numa forma capaz de ação; ou seja, num

conjunto de padrões normativos, ou guias da ação, pelos quais qualquer pessoa concreta e real pode orientar essa ação.

Na cultura americana, a pessoa é concebida tanto como concreta quanto como abstrata, tanto como um conjunto de padrões normativos *quanto* como um indivíduo real vivo que deve tentar agir de acordo com essas normas. Existe não apenas a pessoa que é esposa e mãe numa família, enquanto um construto definido culturalmente, mas também existe uma pessoa particular para quem se pode apontar e dizer: “*Essa* é minha esposa, a mãe de John”. A família é concebida como um grupo concreto de pessoas, mas a família também tem sua contraparte concreta, assim como sua concepção abstrata. Pode-se dizer a uma visita: “Esta é minha família: essa é minha esposa, Mary; esse é meu filho, John; essa é minha filha, Jane; e nós todos moramos juntos nesta casa, que é nosso lar”. Mas também se pode falar sobre a família como um grupo de pessoas, que consiste no marido e esposa e seus filhos vivendo juntos em seu próprio lar, sem ter nenhuma pessoa em particular em mente.

A família nesse sentido, como um grupo de pessoas, é a mesma ordem de construto cultural que a Igreja como um corpo de fiéis, um time de beisebol como um grupo de jogadores, uma universidade como uma comunidade de acadêmicos ou, como em algumas outras sociedades, uma linhagem como um grupo de descendentes locais.

Isso me traz ao ponto-final que é preciso fazer aqui sobre o parente enquanto uma pessoa.

Eu disse que a pessoa é um construto cultural definido como sendo capaz de agir, de desempenhar um papel na vida real. O construto da pessoa, nesse sentido, é um guia normativo para como tal pessoa deve se comportar ou como tal pessoa deve agir.

O amor tem dois tipos de implicações para como os parentes devem se comportar entre si. A primeira, é claro, faz referência ao próprio conjunto específico de símbolos em termos dos quais o sistema de parentesco como um todo é definido e diferenciado, a saber, a relação sexual. Aqui, o paradigma é bastante explícito. Não deve haver nenhuma relação sexual entre parentes de sangue, pois seu amor é cognático, mas deve haver, como um sinal do amor *e* como o próprio amor, relação sexual entre o marido e a esposa, pois seu amor é conjugal.

Mas o segundo conjunto de implicações que o amor tem para como os parentes deve se comportar entre si só pode ser resumido no guia mais geral de todos os guias de ação: a solidariedade difusa duradoura.

Ora, na vida real é possível participar de relações sexuais ou evitá-las. Mas é difícil, na vida real, ocupar-se num estado de amor, manifestando solidariedade difusa duradoura.

O amor, nesse significado, deve ser expresso ou representado por algum ato específico que seja seu sinal, mas que não é “ele”. Os atos que podem representar solidariedade difusa duradoura têm variedade quase infinita, muito além do símbolo específico pelo qual ela é definida: a relação sexual. E, portanto, o amor pode ser expresso, na cultura americana, por trabalhar duro ou por não trabalhar muito duro; ajudar com a louça ou não ajudar com ela; ajudar com o bebê ou deixar a mãe tomar conta dele; cortar a grama ou não cortá-la.

Não há nada inerente, e nem há nada definido especificamente na cultura americana, ao amor que faça de qualquer sinal particular um sinal necessariamente de amor ou de desamor.

Existe, então, uma conexão muito frouxa e indeterminada entre o estado geral de solidariedade difusa duradoura e os sinais particulares e específicos que são considerados marcas dele. Portanto, os sinais necessariamente tomam alguns de seus significados de áreas separadas e além dos limites do parentesco ou da família, e por serem definidos como bons ou ruins, benéficos ou maléficos, desejáveis ou indesejáveis por referência a seus próprios domínios ou sistemas de símbolos, estabelece-se seu valor dentro do contexto da família. Mas esse ato, com esse valor vindo desse domínio, é apenas um elemento da mistura que é a definição do parente como uma pessoa e que define as propriedades de seu comportamento como uma pessoa.

Para resumir, o parente como uma pessoa é muito diferente das características distintivas que definem a pessoa como um parente. Além do mais, há dois tipos diferentes de pessoas na cultura americana. Existe a pessoa abstrata, que é um construto normativo, e o indivíduo concreto. O conjunto autocontido de símbolos a partir do qual o parentesco americano é composto constitui as características distintivas que definem a pessoa como um parente. Mas a pessoa como um parente é composta de características distintivas que vão além das características do parentesco. Características da estratificação por sexo e idade e de outros sistemas são incluídas na construção da pessoa como um parente. A característica distintiva do modo pelo qual os parentes devem se comportar entre si é especificada pelo símbolo do amor, que pode ser concebido como solidariedade difusa duradoura. Mas o amor, ou solidariedade difusa duradoura, é o mais flexível dos símbolos, pois ele pode ser expresso por uma grande variedade de formas diferentes, de modo diferente para mulheres e para homens, para membros adultos da família e crianças da família, e assim por diante.

Finalmente, é preciso ficar bem claro que falo aqui da pessoa como uma unidade da cultura americana e como uma categoria cultural, e não como um construto analítico¹.

1. Existe um corpo considerável de literatura sobre a pessoa, indivíduo, ator, *self*, e assim por diante como uma ferramenta analítica útil para compreender o comportamento social. Nada disso é

II

Entretanto, não é suficiente saber que o parente como uma pessoa é um composto de elementos de diferentes sistemas de símbolos, todos dentro da cultura americana. É preciso saber uma outra coisa, e ela é a regra de acordo com a qual um parente é composto (formado).

A regra é muito simples. Uma pessoa é um parente se ela for relacionada por sangue ou casamento, e se essa relação for próxima o suficiente (ou não for distante demais).

Como qualquer regra, sua aplicação depende do significado dos termos com os quais ela é enunciada. Se o significado dos termos “sangue”, “casamento”, “distância” e “parente” (ou “relacionado”) estiver claro, então a aplicação da regra deverá ser clara. Já descrevi os significados desses termos no parentesco americano, e falta apenas mostrar como eles operam na “composição” ou formação de um parente tanto como um construto normativo quanto como uma decisão sobre um indivíduo concreto.

Uma premissa fundamental do sistema de parentesco americano é que o sangue é uma substância e que isso é bastante distinto do tipo de relacionamento, do código de conduta, do padrão de comportamento, do modelo para sentimentos ou da formulação de direitos e deveres que as pessoas que compartilham essa substância, o sangue, supostamente têm. Essa distinção é a mesma distinção entre o relacionamento enquanto substância e o relacionamento enquanto código de conduta. E isso, em outra forma, é encontrado na classificação de parentes por natureza, por afinidade, e os parentes de “sangue”, que são parentes tanto por afinidade quanto pela natureza.

Como esses dois elementos são bastante distintos, cada um deles pode ocorrer sozinho ou em combinação, como fica evidente a partir da classificação dos parentes. Por isso, uma pessoa pode basear sua decisão sobre quem contar e quem não contar como parente num dos elementos, ou no outro, ou nos dois, se estiverem presentes. Além disso, o construto normativo de um parente ou de um tipo particular ou categoria de parente também pode ser “composto” de um elemento ou do outro, ou dos dois.

imediatamente relevante aqui, já que meu objetivo é descrever as categorias culturais e não analisar como elas efetivamente funcionam. Martin Silverman utilizou a pessoa como uma categoria cultural em sua tese sobre os nativos de Rambi. Eu conheço apenas dois outros autores cujo trabalho é diretamente relevante para meu uso aqui. Um é Clifford Geertz, com “Person, Time and Conduct in Bali: an Essay in Cultural Analysis”, *Cultural Report Series*, n. 14. Southeast Asia Studies, Yale University Press, 1966. O outro é Louis Dumont, que trata o indivíduo (ou pessoa) como uma categoria da cultura ocidental em geral. Cf. “The Modern Conception of the Individual: Notes on Its Genesis” e “The Functional Equivalents of the Individual in Caste Society”, que aparecem no vol. VIII de *Contributions to Indian Sociology*. Mouton, 1965. Cf. tb. *Homo Hierarchicus*. Paris: Gallimard, 1966.

Entretanto, esses elementos de substância e código de conduta não têm valores iguais, e seus valores diferentes, sozinhos ou em combinação, além da “distância”, explicam grande parte da variância no sistema no nível da pessoa, tanto como decisões sobre indivíduos concretos quanto como construtos normativos.

A substância tem o valor mais alto, o código de conduta tem valor menor, mas os dois juntos (ou seja, os parentes “de sangue”) têm o maior valor de todos.

Isso significa que, onde quer que qualquer elemento ocorra sozinho, os parentes de maior “distância” serão contados como parentes apenas se houver um elemento substantivo presente, e não se houver apenas o elemento de relacionamento ou código de conduta.

Um outro modo de colocar isso, que será útil, é dizer que se uma pessoa representa um papel de parentesco ou participa de um relacionamento de parentesco (como um código de conduta) sem nenhum elemento substantivo, ou vice-versa, ela pode ou não ser contada como um parente, mas isso terá maior probabilidade de acontecer se apenas a substância estiver presente, e menor se apenas o código de conduta estiver presente; com ambos os elementos presentes, a probabilidade de ela ser contada como um parente será ainda mais alta.

Há aqui um conjunto correlativo de significados que é particularmente importante. Qualquer termo de parentesco – pai, mãe, tio, tia, primo etc. – pode ser utilizado para significar ou o elemento de substância ou o elemento de código de conduta, ou ambos juntos. Portanto, nem sempre é possível inferir, a partir de uma certa utilização, se nessa instância particular está sendo denotada a substância, o código, ou ambos. Não é preciso dizer que esses dois elementos não exaurem, de modo algum, os significados dos termos de parentesco; eles também podem ser utilizados para significar coisas além desses dois elementos, ou diferentes deles.

Citarei agora os depoimentos de dois informantes diferentes que ilustram, de modo muito abreviado, não apenas a possibilidade de separar a substância do código de conduta (ou, como os informantes às vezes falam, o sangue do relacionamento), mas também o modo como essa possibilidade de separação ocorre e seu papel na decisão de “contar” uma pessoa como um parente ou não. (Em ambos os relatos, *I* significa Informante e *A* significa Antropólogo.)

(1)

I: Você quer gente como os pais do meu genro? Não, eu nunca os vejo nem ouço falar deles. Eles não são meus parentes.

A: Você precisa ser próximo de alguém para que ele seja seu parente?

I: Sim. Você usa o relacionamento. Quando ele enfraquece, você não é mais aparentado. Sabe, eu fui ao chá de panela de uma das primas do meu marido. Era para uma noiva prima de primeiro grau. Você só encontra aquelas

peessoas lá. Você as encontra em casamentos ou chás, ou em *bar mitzvahts* ou em funerais. Para essas coisas elas te convidam e eu respondo ao convite. (Ela dá de ombros como se dissesse: “O que poderia ser mais simples?”) Você entra e fala com todas elas e metade delas está grávida, então você diz “Que bom que você vai ter um bebê, parabéns por se tornar uma nova mãe”, e elas dizem “Mas eu já tenho dois em casa”. Então você vê como é.

A: Então essas pessoas são seus parentes?

I: Elas são quando você as encontra desse jeito, mas quando você vai embora, não são mais.

A: Elas não são parentes no período entre casamentos e funerais, mas são durante eles?

I: Isso.

A: E elas já foram seus parentes quando não em coisas como casamentos e funerais e *bar mitzvahts*?

I: Oh, claro, mas agora não são. Sabe, essa história de ser parente de alguém tem a ver com sociabilidade. Elas são primas sociais.

A: Você pode me dar algum tipo de regra para a pessoa ser sua parente?

I: Bom, elas têm que ser sociáveis com você senão não são parentes.

A: Certo, mas algumas das pessoas que você nomeou são relacionadas a você por sangue, não é?

I: Isso, você as pega por acidente. Você não pode fazer nada a respeito disso – e os netos são os piores!

A: Então você tem parentes por acidente. A irmã do seu pai teve filhos, não é?

I: É.

A: Então eles são seus parentes por sangue.

I: Não, eles não são parentes. Eles teriam que ser sociais. Eles já foram antes, agora não são.

A: Alguma de suas primas de primeiro grau tem marido?

I: Sim.

A: Eles são primos seus?

I: Eu nunca os vejo.

A: Os filhos deles são parentes seus?

I: Não, porque eu nunca os vi.

A: As irmãs do seu pai – elas se casaram?

I: Sim.

A: Os maridos delas eram considerados tios?

I: Não, eu nunca os vi.

(2)

A: Bom, aquela tia da sua mãe que você mencionou, XXXX. Você sabe soletrar isso?

I: Não... (A esposa de I soletra então o nome corretamente.)

A: Ela tinha uma família?

I: Sim. Eu sei que o marido dela morreu, mas ela tem alguns filhos.

A: Você os considera parentes seus?

I: Eu consideraria se os conhecesse. Eu não lembro nem do nome deles agora. Nós não éramos próximos da tia XXXX.

A: Entendi. Você acha que tem que conhecer a pessoa, ou pelo menos saber o nome dela, para pensar nela como um parente?

I: Sim. Precisa ter alguma personalidade. Senão, se você for longe o bastante, até você e eu seríamos parentes, e aí isso fica fraco demais!

A: A tia de sua mãe, XXXX – você sabe exatamente como ela é relacionada a você?

I: Eu acho que ela é a irmã da mãe da minha mãe, mas eu não tenho certeza! Eu sei que minha mãe é muito atenciosa com ela quando ela está aqui. Tem uma reunião de família... é uma ocasião.

A “distância” é simplesmente a afirmação do parentesco em termos quantitativos. Ou seja, por um lado ela é uma medida do grau em que duas pessoas compartilham substância biogenética, e por outro lado ela é uma afirmação da magnitude de reivindicação de solidariedade duradoura difusa. Se a solidariedade duradoura difusa existe, a distância é a afirmação de “exatamente quanto”. Uma relação “próxima” é aquela onde a reivindicação é alta; uma relação “distante” ou “longe” é aquela onde a reivindicação é menor. “Quanto” pode significar tanto a magnitude quanto aquela magnitude expressa por diferenças de tipo. Um tipo pode ser “demais” ou “pouco” para um dado parente. O tipo, portanto, é uma forma de afirmação de magnitude dentro do contexto da distância como uma medida de solidariedade duradoura difusa.

O valor diferente ligado à substância em contraposição ao código de conduta também se aplica na mensuração da distância. Se as pessoas em questão forem parentes de sangue, o grau em que compartilham uma hereditariedade em comum é a primeira medida de distância aplicada a elas; é essa medida que é modificada por outros aspectos da distância, e não o contrário. Se, entretanto, não houver nenhum elemento substantivo, então a distância depende inteiramente do elemento de código de conduta ou relacionamento.

O “casamento” é o relacionamento entre marido e esposa, criado voluntariamente e mantido por consentimento mútuo. Uma pessoa é relacionada a outra “por casamento” quando a outra pessoa é sua cônjuge. Mas “por casamento”

também é o termo para a classe de parentes relacionada por afinidade e não por sangue, e representa, portanto, aqueles que são relacionados por esse código de conduta assim como o próprio código de conduta, diferentemente das pessoas. “Casamento” e “por afinidade”, então, se sobrepõem em partes de seus significados; quando isso ocorre, eles podem ser utilizados de modo intercambiável. A sobreposição, ou o significado compartilhado, consiste no relacionamento como um código de conduta; ou seja, a solidariedade duradoura difusa realizada voluntariamente e mantida por consentimento mútuo. Um relacionamento de “casamento” ou um relacionamento “por afinidade” existe quando é um relacionamento de solidariedade duradoura difusa. Isso é afirmado, nos votos de casamento, pela frase “... até que a morte nos separe”. Um relacionamento de solidariedade duradoura e difusa com a relação sexual como a forma legítima e apropriada de sua expressão é aquele entre marido e esposa. É nesse sentido que o “casamento” se difere de todos os outros relacionamentos “por afinidade”.

Essa, então, é a regra com a qual pessoas concretas nomeiam outras pessoas concretas como suas parentes ou não, e de acordo com a qual construtos normativos são formados para parentes em contraposição a pessoas que não são parentes. Para classes particulares de parentes, os construtos normativos meramente adicionam a característica distintiva específica para esse tipo particular de parente, de modo que, por exemplo, o pai e a mãe como parentes são distinguidos pelo fato de que um é o genitor, e a outra a genetriz. Para formar a norma para um marido, toma-se a norma para um parente, que é modificada para excluir a substância biológica compartilhada em algum grau menor do que alguma proporção especificada (o elemento da distância), e o código de conduta é especificado como “o parceiro sexual legítimo do outro cônjuge”. Então, com o sistema de diferenciação de papel sexual, adiciona-se a definição de sexo masculino, que distingue o marido da esposa. Outras especificações do construto normativo podem ser retiradas de outros sistemas de símbolos, de modo que o sistema de estratificação pode adicionar as especificações de *status* da classe média de certas formas, enquanto os padrões da residência urbana sulista podem contribuir símbolos desse domínio.

III

Se passarmos agora para algumas generalizações empíricas retiradas diretamente dos materiais de campo, a operação da regra em suas várias formulações poderá ser vista claramente. O material não foi “traduzido” para uma forma consoante com a exposição da seção anterior. Em vez disso, ele permanece como generalizações de primeira ordem, a forma mais imediatamente reconhecível para um observador.

Os materiais nesta seção centram-se na decisão de contar pessoas concretas como parentes. No próximo capítulo, utilizando material sobre parentes

por afinidade e termos de parentesco, o foco estará na pessoa como um construto normativo.

Uma das primeiras coisas que qualquer um que trabalhe com genealogias americanas percebe é que o sistema é bastante claro desde que tomemos Ego como o ponto de referência e não nos aventuremos longe dele. Quando nos distanciamos de Ego – em qualquer direção – as coisas ficam cada vez mais indistintas. Essa indistinção de fronteiras, ou esmaecimento, é vista de vários modos diferentes. O mais fundamental, é claro, é o fato de não existir um limite formal, claro e categórico do escopo de parentes. Ou, colocando de outro modo, a decisão de contar ou não uma pessoa em particular como um parente não é dada em nenhum sentido categórico simples. Não se pode dizer que todos os primos de segundo grau são parentes, mas os de terceiro grau não são. Um americano pode, se desejar, contar um primo de terceiro grau como um parente, enquanto pode haver um primo de segundo grau vivo, mas desconhecido, ou mesmo conhecido, que não é considerado um parente.

O esmaecimento também é visto na incerteza crescente quanto a nomes, idades, ocupações e locais de residência quanto mais distantes os parentes ficam de Ego.

Há um modo particularmente interessante de expressão da indistinção de fronteiras; o Parente Famoso. Durante o decorrer do trabalho de campo, não foi incomum encontrarmos a afirmação de que Fulano de Tal, um personagem famoso, era um parente. Às vezes era possível traçar a relação, às vezes não. Quando ela podia ser traçada, via-se claramente que ele era o único parente de tal distância na genealogia, enquanto parentes mais próximos eram desconhecidos².

Uma outra observação que faz parte deste quadro é aquilo que chamei de “efeito árvore de Natal”. As genealogias americanas, frequentemente, não vão além de três ou quatro gerações; elas assumem a forma de uma árvore de Natal ou pirâmide achatada. No topo, encontramos frequentemente o Ancestral, às vezes na forma de um casal, como a estrela em uma árvore de Natal. Quando as gerações se aproximam de Ego, cada conjunto de parentes fica maior de algum modo, de forma que a coisa toda parece estar sobre uma base muito firme e larga. Mas se examinarmos com atenção por baixo da base, poderemos ver o tronco da árvore de Natal; a linha de Ego, seus filhos e netos, que continuam a se distanciar de Ego geração por geração. O Ancestral pode ou não ter tido irmãos, mas, se teve, eles ou não são mencionados ou foram esquecidos. Os conjuntos de parentes dos filhos do Ancestral são maiores, enquanto os conjuntos de parentes e as

2. Compare com YOUNG, M. & GEERTZ, H. “Old Age in London and San Francisco: Some Families Compared”. *British Journal of Sociology*, XII, 1961, p. 124-141.

linhas colaterais dos primos dão à geração zero uma dilatação colateral considerável de primos e irmãos.

A árvore de Natal achatada consiste numa rede de parentes de sangue. Essa rede consanguínea é adornada com cônjuges, como as decorações numa árvore de Natal. Mas os cônjuges de adorno apenas ocasionalmente têm irmãos ou pais, e os pais ocasionais de cônjuges apenas raramente têm irmãos.

Podemos criar uma genealogia por um modo completamente sem direção se pedirmos apenas uma lista de parentes e então perguntarmos se existe mais alguém. Ou podemos criar uma genealogia muito sistemática sondando com especificidade completa, do tipo: “E ele tem algum irmão? irmã? mãe? pai? filhos? filhas? esposa? (ou marido)”. No primeiro caso, a árvore fica bastante acanhada. No segundo, a árvore fica bem frondosa e normalmente adicionamos um terço a mais de pessoas à genealogia. Entretanto, a forma básica permanece a mesma, porque os informantes não se lembram se o bisavô tinha irmãos ou irmãs; se tinha, com quem se casaram; e se casaram, quantos filhos tiveram. Em relação à esposa do bisavô, quando ela é lembrada, os informantes imaginam que ela deve ter tido um pai ou uma mãe, mas não sabem os nomes deles, nem se teve irmãos ou irmãs, nem quais teriam sido seus nomes.

Há dois pontos importantes sobre o efeito árvore de Natal nas genealogias americanas. O primeiro é que elas são pirâmides de alcance maior ou menor, mas incluem muito menos parentes do que a definição de um parente como qualquer um relacionado por sangue ou casamento nos levaria a esperar.

O segundo ponto é que elas são redes fundamentalmente consanguíneas às quais cônjuges são adicionados. Parentes por afinidade não são comuns; na verdade, eles são notáveis por sua ausência. Nas genealogias, os informantes normalmente listam seu próprio cônjuge e os cônjuges de seus parentes de sangue, mas não é comum que listem espontaneamente os pais ou irmãos de qualquer cônjuge que mencionem, e muitas vezes nem os pais ou irmãos de seu próprio cônjuge. Houve algumas exceções. Em um caso extremo, um homem listou o irmão e irmãs do marido da irmã de sua mãe e seus maridos e esposa e filhos. Esses foram os únicos irmãos e irmãs dos cônjuges de parentes de sangue que ele listou espontaneamente, apesar de depois descobrirmos que ele conhecia outros e poderia facilmente nomeá-los. Quando questionado se ele os considerava seus parentes, ele afirmou que sim.

Há outro ponto de certa relevância ligado a esse. Das duas formas teoricamente possíveis de aumentar o número de parentes ligados ativamente a uma rede em particular, são aqueles relacionados por casamento que constituem uma fonte grande de números adicionais, e não a dilatação mais ampla que seria obtida aumentando a distância temporal e então as linhas colaterais mais distantes. O tamanho das redes, nos Estados Unidos, tende a ser incrementado pela

adição dos parentes consanguíneos de cônjuges e não pelo aumento do número das linhas colaterais mais distantes de parentes consanguíneos.

Ainda assim, quando a situação permite, a rede pode ser aberta de modo realmente bastante amplo, como os clubes de primos e círculos familiares relatados por Mitchell³ demonstram. Quando a rede é aberta desse modo, encontramos mais uma vez uma escolha entre tipos de ligações – assim, algumas organizações exigem uma conexão de sangue através de um ancestral fundador, enquanto outras permitem a adição de membros *através* de cônjuges, além de simplesmente adicionar os cônjuges.

A decisão sobre quem é um parente é feita por uma pessoa, e sobre outra pessoa. Às vezes a decisão que uma pessoa toma sobre outra pessoa é comum e costumeira, e os informantes concordam que é a decisão “certa”. Mas às vezes, apesar da decisão “fazer sentido” para os informantes, alguns podem considerá-la excêntrica ou mesmo “errada”. Tais decisões, certas ou erradas, são ainda assim esclarecedoras porque revelam os elementos cruciais envolvidos aqui.

Os mortos são um bom exemplo.

A única pergunta padronizada feita para os informantes de Chicago foi a primeira pergunta da primeira entrevista. Ela era: “Liste para mim todas as pessoas que você considera como seus parentes”.

Todos os informantes começavam a listar pessoas, mas alguns deles interrompiam repentinamente a recitação com a pergunta: “Você também quer os mortos?” Ou eles diziam: “E os que já morreram?” Ou: “Isso é tudo, tirando os mortos, é claro...” Mas com quase todos os informantes sempre havia algo especial sobre os mortos, alguma observação, algum comentário, e, quase invariavelmente, se a pessoa sendo listada estava morta, esse fato era enunciado espontaneamente. Além disso, parecia haver uma tendência clara de omitir completamente os mortos nas fases mais iniciais da coleção da genealogia, e eles só vinham à tona durante investigações posteriores, muitas vezes numa outra conexão.

Um outro exemplo são as categorias utilizadas para descrever a área indeterminada e esmaecida que contém os parentes distantes. Uma delas é o termo “parentes de fralda de camisa”, outra “parentes de velórios-e-casamentos” e a terceira é “parentes de beijo” ou “primos de beijo”. Parentes de velórios-e-casamentos são definidos facilmente – eles são, como poderíamos esperar, parentes vistos apenas em velórios e casamentos. Normalmente não há contato direto, nem mesmo contato indireto, e alguns informantes os descrevem como “parentes de parentes”. Os informantes às vezes associam o termo com católicos, pois, em

3. MITCHELL, W.E. “Descent Groups Among the New York City Jews”. *Jewish Journal of Sociology*, 3, 1961, p. 121-128.

sua perspectiva, velórios são uma prática primariamente católica. Os parentes de fralda de camisa são basicamente a mesma coisa, exceto que em vez de especificar onde certos parentes são vistos (velórios e casamentos), eles são descritos como “trazidos pela fralda de camisa de alguém”; ou seja, eles são vistos como relacionados através de intermediários, e sua principal importância é serem parentes de parentes. Os termos “parentes de beijo” ou “primos de beijo” são considerados primariamente do Sul, apesar de muitos informantes de Chicago conhecerem os termos, ainda que eles mesmos não os utilizem. Aqui, o beijo é o sinal de que, não importa a distância, essas pessoas ainda assim são parentes e, portanto, têm direito ao sinal de ser um parente, o beijo⁴.

Um outro exemplo já foi mencionado, o Parente Famoso (cf. p. 79).

Dois exemplos das decisões compreensíveis, mas talvez excêntricas, sobre quem deve ser contado como um parente são os seguintes: uma mulher afirmou com firmeza que sua irmã não era uma parente porque ela não a tinha visto nem falado com ela por alguns anos. Eu não tinha muita confiança nessa informante, e em outras ocasiões já havia sido difícil lidar com ela. Como essa afirmação parecia conflitar claramente com o fato de que um parente de sangue sempre permanece sendo um parente de sangue, eu, inicialmente, considerei sua afirmação absurda e a descartei. Obviamente, eu estava errado ao fazer isso.

Uma jovem universitária levantou o problema oposto: ela afirmou, e não podia ser dissuadida dessa afirmação, que sua colega de quarto era uma parente mesmo não havendo nenhuma conexão de sangue nem de casamento entre elas.

Por que os mortos constituem um problema? Ao discutir a pergunta de se é possível extinguir um relacionamento de sangue, alguns informantes disseram que isso era sim possível de acontecer. Alguns informante judeus descreveram uma cerimônia de luto modificada que poderia ser realizada, de acordo com certas prescrições religiosas e ritualísticas, por um pai para extinguir seu relacionamento com um filho. Esse ritual poderia ser realizado apenas por um pai, não por um filho. Assim, disseram esses informantes, realmente é possível existir um ex-filho do mesmo modo como pode haver um ex-marido. O fato de esse ritual ser realizado muito raramente não faz diferença. Para informantes que não eram judeus, a mesma situação poderia existir, mas sem nenhuma ambientação ritual nem religiosa. Um pai pode simplesmente extinguir seu relacionamento com o filho, e agir como se o filho estivesse morto – sem nunca mais vê-lo, nem falar com ele ou sobre ele. Nesse caso, a iniciativa poderia ser tomada pelo filho – já

4. Alguns informantes dizem que o termo também é utilizado num outro sentido, obviamente bastante relacionado. Se uma pessoa é vista com um estranho numa posição comprometedoras – talvez eles sejam vistos se beijando – pode-se oferecer a explicação de que o outro é um primo de beijo. Ou seja, ainda que ele não seja reconhecido como um parente pelo observador, o beijo é explicado como sendo de parentesco, e não deve ser interpretado de outra forma.

que não há nenhum rito formal – e o filho pode sair de casa e nunca mais falar com o pai, agindo como se este estivesse morto.

Quando um pai judeu realiza uma cerimônia de luto para um filho vivo (ou morto), o que se extingue é o *relacionamento* entre eles, mas o filho, enquanto filho, não é “devolvido” nem transformado em algo que nunca existiu. O pai judeu, transtornado a ponto de ter que realizar uma cerimônia de luto para um filho, se torna objeto de piedade e simpatia especiais, pois a maior tragédia de todas aconteceu com ele – seu filho, que não precisava ter morrido, deve ser agora tratado como morto! Esse pai perdeu um filho. Mas ele *teve* um filho, e o filho está “lá”, e lá permanece.

Agora talvez esteja óbvio o porquê dos informantes que listam parentes pararem e darem aos mortos um lugar especial: “Você quer que eu liste os mortos também?” – pois a morte extingue um relacionamento, mas não desfaz ou apaga o que é e era um fato. Uma pessoa morta ainda é pessoa o bastante para estar localizada numa genealogia; é pessoa o bastante para ser contada como ascendente ou descendente; é pessoa o bastante para ser lembrada se houver alguma razão para isso. O casamento é “...até que a morte nos separe”. A *pessoa* era e é; o *relacionamento* não existe mais. Daí o estatuto incompleto que é implicado pela pergunta: “Você quer os mortos também?” Um antropólogo que pergunte educadamente: “Bem, o que você acha? Você os conta como parentes?” recebe vários tipos de resposta. “Oh, sim, é claro” ou “Bom, sim, acho que sim. Mas já faz tanto tempo...” ou “Não, na verdade não”.

A senhora que disse que sua irmã não era uma parente porque ela não a tinha visto há muito tempo estava dizendo a mesma coisa. Ela não tinha mais um relacionamento com sua irmã, e, nesse sentido, a irmã não cumpria um dos critérios definidores de um parente. Para essa mulher, o critério mais importante era exatamente o mesmo do caso da outra jovem, que valorizava o relacionamento acima de tudo e, portanto, concedia um estatuto de parente para sua colega de quarto, mesmo que esta não tivesse nenhuma outra qualificação.

O Parente Famoso é importante porque ele se destaca claramente contra um panorama impreciso de parentes desaparecidos. A conexão de sangue pode ser traçada até ele, ou pelo menos pode ser suposta. Mas nenhum relacionamento pode ser mantido. Como não se mantém nenhum relacionamento com parentes de distância genealógica até mais próxima, eles são completamente, ou quase, esquecidos. Seus nomes são esquecidos, o nome de seus cônjuges, onde eles moram, qual é sua profissão. Simplesmente, eles não são lembrados porque não há um bom motivo para lembrar-se deles. Mas o Parente Famoso é lembrado – não porque ele seja um parente, mas porque sua fama faz com que ele ser um parente tenha um certo valor.

Parentes de fralda de camisa, de velórios-e-casamentos, e primos de beijo estão tão distantes que não há nenhuma clareza. Se alguém disser que qualquer um

relacionado por sangue ou casamento é um parente, então eles são parentes. Mas se alguém disser que um parente é alguém com quem existe um relacionamento, então é difícil contá-los, pois eles são vistos tão raramente, e mesmo então apenas em ocasiões formais, cerimoniais ou especiais – e a próxima ocasião pode ou não aparecer novamente.

Para resumir, existe uma tendência de esquecer colaterais distantes e ascendentes distantes, mas a fronteira tanto no passado quanto no presente é imprecisa, e existem áreas intersticiais que ficam tão desvanecidas em algum momento a ponto de quase não serem visíveis. Os ascendentes distantes estão mortos e não existe nenhum relacionamento com eles. Sem um relacionamento, não pode haver nenhuma razão para mantê-los... a não ser, é claro, que eles sejam famosos, e nesse caso eles podem ser lembrados mesmo que seus descendentes por linhas colaterais, sem a fama, sejam desconhecidos. Os colaterais distantes “estão longe demais”. Eles se tornam parentes de fralda de camisa, de velórios-e-casamentos e primos de beijo se forem conhecidos, ou podem ser um dos principais conjuntos do grande piquenique ou reunião de verão da família.

Os americanos dizem explicitamente que parentes são pessoas relacionadas por sangue ou por casamento. Mas, quando se trata de nomear e descrever pessoas concretas, a pergunta crucial é se existe ou não um relacionamento.

Então o que determina se um relacionamento existe ou não? Por que existe um relacionamento com uma pessoa, mas não com outra numa genealogia dada?

A razão que os americanos dão é que uma está “próxima” e a outra está “longe demais”.

A distância, então, seria o fator decisivo, se um relacionamento de sangue ou casamento puder ser traçado entre Ego e alguma outra pessoa.

Mas o que é a distância?

A distância significa três coisas no parentesco americano. Um significado é a simples distância física; ou seja, significa morar na mesma casa, ou o número de quilômetros entre as casas, ou as horas necessárias para viajar de um lugar para outro. Portanto, escutamos frases como: “Nós nunca os vemos. Eles estão longe demais”. “Longe demais?” “Sim, leva quase uma hora para chegar lá”.

Um segundo significado da distância é uma composição complexa daquilo que poderia ser chamado de distância socioemocional. Isso, por sua vez, pode significar qualquer coisa, desde um sentimento místico de identidade ou diferença, um sentimento de carinho e compreensão emocional – ou a falta disso – até o fato de que certos símbolos de prestígio importantes são ou semelhantes (portanto, próximos) ou diferentes (portanto, distantes). Assim, pode-se dizer: “Nós nunca os vemos. Eles estão bem longe. Aquela parte da cidade desceu a ladeira nos últimos anos e nós não temos mais muito em comum com eles”. Um outro informante colocou a questão desta forma: “...ninguém mais tem muito a

ver com eles. É uma questão do tipo de vida e de educação – quase ninguém na família dela e de Harry estudou em universidades, coisas assim”.

O terceiro significado de distância pode ser chamado de distância genealógica. Isso pode ser medido com uma certa precisão através da contagem de quantas categorias de parentes interpostas existem, ou quantas gerações é preciso contar até encontrar um ancestral em comum. Por exemplo, pode-se dizer: “Eles são parentes bastante distantes. O irmão do meu bisavô teve um filho, e esse filho teve um filho – esse é um relacionamento bastante distante, não é?”

Esses três significados diferentes de distância não precisam ser aplicados do mesmo modo ou ao mesmo tempo. Uma pessoa genealogicamente próxima pode estar fisicamente distante e ser neutra na dimensão socioemocional. Ou uma pessoa pode estar próxima socioemocional e fisicamente, mas distante genealogicamente.

Se o Ego for o ponto de referência, e fizermos a pergunta direta sobre se, na vida real, esta ou aquela pessoa é ou não um parente, então mãe, pai, irmão, irmã, filho e filha, além de marido e esposa, são todos parentes genealogicamente próximos e estão próximos socioemocionalmente mesmo se estiverem fisicamente distantes. Tio, tia, sobrinho, sobrinha, avô, avó, neto, neta, primo e prima também são parentes genealogicamente próximos e são contados como parentes se estiverem vivos, mesmo se o relacionamento for tão fraco a ponto de mal ser perceptível.

Mas se partirmos de Ego e chegarmos aos primos de segundo ou terceiro grau, muitas possibilidades se apresentam. Ego pode dizer que conta essas pessoas como parentes simplesmente porque estão relacionadas por sangue. Ou ele pode dizer de modo igualmente apropriado que eles são distantes demais, na verdade tão distantes que ele não sabe nem como contá-los. Ele pode então perguntar: “O que é um primo de segundo grau, afinal? E o que é que ‘grau’ significa?” Ou ele pode afirmar que qualquer um além de primeiro grau não é seu parente, já que ele não conta além de primos de primeiro grau⁵. Mesmo que ele os reivindique como parentes devido à relação de sangue, ele pode não manter laços interpessoais com eles e, portanto, pode dizer que “não os conta realmente como parentes”. Ou, se ele não estiver disposto a chegar ao ponto de *não* contá-los como parentes para, talvez, não ferir seus sentimentos, ele pode designá-los para aquele limbo chamado de parentes de velórios-e-casamentos, de fralda de camisa ou primos de beijos.

5. Há três modos de contar primos. O primeiro é não contá-los. O segundo combina graus de distância colateral com a distância de gerações, de modo que o filho do irmão do pai do meu pai é meu primo de primeiro grau com uma geração de distância. O terceiro soma os graus de distância colateral e de gerações, de modo que o filho do irmão do pai do meu pai é meu primo de segundo grau, sem utilizar o termo “geração de distância” (“*once removed*”). Eu não encontrei nenhum outro modo de contar primos além desses três. (No Brasil, o segundo modo citado pelo autor é inexistente [N.T.])

Por uma definição, não há opção: aqueles relacionados por sangue ou casamento são parentes. Mas, na verdade, a decisão sobre quem é um parente é tomada em bases que não são de modo algum puramente questões de parentesco. O número de quilômetros entre casas ou o número de horas necessárias para ir de um lugar para outro não são, por si só, questões de parentesco. E elas também não representam o parentesco no sentido de usar a distância física para expressar a distância genealógica. A distância física *poderia* representar a distância genealógica, mas esse não é o caso na cultura americana. Ela representa a distância socioemocional. Não é educado dizer que outras pessoas estão abaixo de nós socialmente, por isso diz-se que elas moram longe demais, ou então elas são carimbadas com o nível do bairro onde moram. Do mesmo modo, nem sempre é fácil explicar que parentes nossos são socialmente superiores, e então se pode dizer, diplomaticamente, que atravessar a cidade, essa distância toda, só para vê-los é uma viagem terrível. Mas isso não é distância genealógica.

Uma de nossas informantes explicou que sabia que o irmão de seu avô teve três filhos. Dois deles eram fazendeiros em Nebraska e ela não sabia seus nomes, se eles eram casados ou se tinham filhos. Mas ela disse que o terceiro filho se tornou um advogado e foi para Washington, D.C., onde se casou e teve dois filhos e uma filha. Ela disse que a garota tinha a idade dela. Os dois garotos se chamavam Robert e John, e a garota, Mary. Sim, ela os considera parentes seus. Eles são relacionados por sangue, não são? – ela perguntou. Então por que ela sabia tudo sobre um dos irmãos, mas nada sobre os outros dois? Ela não conseguiu responder a essa pergunta.

Outro informante colocou a questão de modo ainda mais simples, dizendo:

– Francamente, eu prefiro não estar relacionado a eles. Ele é um rato de rio⁶ e ela é uma caipira, e eles têm cinco filhos para provar isso. Não que eu esteja dizendo que é preciso ser rico e bem-sucedido para ser considerado um parente, mas, meu Deus...

Resumindo, a fronteira imprecisa, o Parente Famoso, a noção ambígua de distância, e assim por diante, são todos fenômenos do parentesco americano derivados em parte do fato de que, em um nível, o parente é uma pessoa e a pessoa do parente é composta por elementos de vários domínios diferentes, e o parentesco é apenas um deles. Portanto, contar uma pessoa como parente ou não depende de como a regra geral – uma pessoa é um parente se for relacionada por sangue ou casamento – é aplicada. Já que a decisão sobre quem é e quem não é um parente é feita por uma pessoa sobre outra pessoa, e já que a regra que governa quem é ou não um parente é tão precisamente ambígua, a aplicação da regra leva exatamente a regularidades empíricas do tipo que analisei aqui – a uma frontei-

6. “*River rat*”, termo pejorativo para habitantes pobres das margens do Rio Mississippi [N.T.].

ra muito imprecisa das genealogias; a inconsistências lógicas aparentes como a manipulação maravilhosa dos significados diferentes de palavras como “relacionamento” e “distância”; e à ambiguidade peculiar que marca os mortos – aqueles parentes sem relacionamentos.